4º FÓRUM AUDIOVISUAL DOS INTERIORES DA BAHIA
CARTA DE PAULO AFONSO - 2026

A carta de Paulo Afonso é resultado das contribuições coletivas oportunizadas durante a realização do 4º FÓRUM AUDIOVISUAL DOS INTERIORES DA BAHIA, que, de outubro a novembro de 2026, voltou-se para uma programação de atividades, virtuais e presenciais, a fim de articular escutas, formação e encontros de estruturação dos pleitos coletivos para o setor audiovisual dos interiores. Estendendo sua atuação, a edição acena para a ampliação do escopo do FÓRUM AVI, que passa a ser uma entidade representativa de lideranças e entidades interioranas, mantendo encontros anuais em eventos que continuam com o mesmo nome. A experiência firmada nestas quatro edições resultou na articulação com outros estados brasileiros, dando origem à Rede Nacional de Cinema do Interior, deliberada nesta edição, realizada em parceria com o II Festival de Cinema Sertões Inundados, na cidade de Paulo Afonso. Banhado pelo Rio São Francisco, o município fica na estratégica divisa entre a Bahia e os estados de Alagoas, Pernambuco e Sergipe.

De 5 a 8 de novembro de 2026, estiveram presentes mais de cem agentes do setor audiovisual advindos de cidades dos interiores da Bahia e também de outros estados, que contribuíram, em Grupos de Trabalho, para a reflexão e o levantamento de demandas organizadas em eixos temáticos sobre memória e preservação, cinema e escola, redes, interiorização e legislação.

O Grupo de Trabalho de Memória e Preservação debateu os desafios e as possibilidades de salvaguarda do patrimônio audiovisual dos interiores baianos, apontando a urgência de identificar, mapear, diagnosticar e garantir condições adequadas de conservação aos acervos existentes nos territórios, além de apontar para as necessidades de disponibilizá-los ao acesso das comunidades. As discussões ressaltaram a necessidade de descentralizar as políticas e os recursos destinados à preservação, promover a formação de profissionais especializados, fomentar arquivos e repositórios territoriais e instituir protocolos técnicos de identificação e proteção emergencial dos acervos. Também foram destacadas a importância de ampliar o campo de atuação e porte da Cinemateca da Bahia, o suporte a lugares de memória já existentes e a criação de espaços institucionais e virtuais de memória, além da preservação das produções universitárias e comunitárias e do reconhecimento das narrativas audiovisuais indígenas e quilombolas como patrimônios fundamentais da diversidade cultural baiana. Levantou ainda a necessidade de que as obras audiovisuais resultantes da aprovação em editais públicos sejam depositadas oficialmente na Cinemateca da Bahia, a fim de que seus registros oficializem a produção audiovisual gerada e também sirvam para finalidade de histórico e pesquisas futuras. Como horizonte, o GT propõe a construção de uma política territorializada, colaborativa e permanente de memória e preservação audiovisual, assegurando que as histórias, imagens, saberes e produções dos interiores da Bahia sejam protegidos, difundidos e transmitidos às futuras gerações. O GT esteve articulado com a oficina de Pesquisa no Audiovisual e com o Encontro de Documentaristas, inseridos na programação do 4ª Fórum, e deliberou pela **criação de uma comissão, formada por participantes que estiveram presencialmente no encontro, para seguir em trabalho na tentativa de criar um instrumento padronizado de levantamento,** por meio de formulário digital acessível, para identificar, localizar e diagnosticar acervos audiovisuais públicos, privados, comunitários e independentes em situação de risco nos territórios de identidade da Bahia, que poderá ser apresentado no próximo evento.

O Grupo de Trabalho Cinema e Escola elencou estratégias para fazer valer a implementação da Lei Federal nº 13.006/2014 nos territórios do interior da Bahia, defendendo o audiovisual como direito cultural, linguagem artística e campo de conhecimento e formação crítica e cidadã, superando a utilização pontual de filmes como recurso complementar às aulas. As contribuições destacaram a importância de formações audiovisuais nas escolas, realizadas por profissionais do território, com experiência e conhecimento no audiovisual. Foi destacado ainda a circulação de filmes brasileiros e

regionais por meio de catálogos, plataformas, cineclubes e mostras, com experiências acessíveis de fruição e criação audiovisual; o estímulo à participação, representatividade cultural e protagonismo estudantil; a articulação entre instituições educativas, Secretaria de Educação do Estado da Bahia, festivais universitários, produção de filmes realizados pelos estudantes; e maior articulação entre as universidades e os profissionais do setor. A acessibilidade figurou como algo indispensável para a democratização e acesso ao bem cultural audiovisual. Como encaminhamento, foi proposto que um **Grupo de Trabalho de Cinema e Educação exista de forma permanente na Rede Nacional de Cinema do Interior,** como um espaço contínuo de diálogo e acompanhamento das políticas públicas e das práticas voltadas ao tema.

O Grupo de Trabalho de Redes e Arranjos Regionais do Audiovisual discutiu a importância da organização coletiva do setor nos interiores, reconhecendo o cinema e a arte como ferramentas de transformação social e desenvolvimento dos territórios. Foram discutidos os desafios de acesso às políticas públicas e aos mecanismos de financiamento, as dificuldades de formalização e articulação institucional, as condições de trabalho no audiovisual, a formação e qualificação profissional e as fragilidades nas estruturas de distribuição, licenciamento e exibição dos filmes produzidos fora dos grandes centros. Como principal encaminhamento, foi deliberada a **transformação do Fórum Audiovisual dos Interiores da Bahia (Fórum AVI) em uma Rede do Audiovisual Baiano do Interior,** reunindo associações e coletivos de diferentes territórios para articular ações e debates, fortalecer a representação política do setor e discutir políticas públicas para o audiovisual do interior. O grupo também apontou a necessidade dessa rede construir um diagnóstico do audiovisual dos interiores, reunindo informações sobre profissionais, realizadores, coletivos, filmes, festivais, salas de exibição e agentes econômicos, além de mediar parcerias com universidades e iniciativas de formação e circulação. Para dar continuidade ao processo, **foi criada uma comissão colegiada responsável por conduzir a formalização da Rede,** composta por representações das seguintes entidades e territórios: Sudoeste Baiano (SASB – Associação do Setor Audiovisual do Sudoeste Baiano e Centro Acadêmico do Curso de Cinema e Audiovisual da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia); Sisal (Coletivo Brega Filmes); Chapada Diamantina (Coletivo ELA e Coletivo TiVi Griô); Extremo Sul (Instituto Sétima Arte); Litoral Sul (Fórum de Agentes Empreendedores e Gestores Culturais do Território Litoral Sul – FAEG); Litoral Norte (Coletivo Cinema Espiral); além de representações de pessoas físicas do Recôncavo Baiano e da Região Metropolitana de Salvador.

A comissão ficará responsável por dar continuidade aos trabalhos do grupo, a fim de estudar e definir modelos de governança e iniciar as ações necessárias à formalização da Rede até a realização da próxima edição do Fórum.

O Grupo de Trabalho Rede Nacional de Cinema do Interior dedicou-se à consolidação de uma articulação nacional permanente, representativa e descentralizada, capaz de articular e conectar fóruns estaduais nos territórios brasileiros. As contribuições apontaram para a institucionalização da Rede, com a criação de instâncias de governança e representação territorial provisórias. Destacou-se a importância de ampliar a infraestrutura de produção e exibição nos interiores, por meio do compartilhamento de equipamentos, da implantação de cineclubes, salas comunitárias e cinemas itinerantes, além da ampliação das oportunidades de formação e qualificação profissional. O GT também ressaltou a necessidade de construir estratégias coletivas de incidência política junto ao Ministério da Cultura, à ANCINE e a outras instituições, reivindicando a descentralização dos investimentos, a garantia de cotas territoriais e mecanismos mais equitativos de fomento. A valorização da memória, das identidades e da diversidade cultural, com especial atenção ao protagonismo dos povos indígenas e às suas narrativas audiovisuais, também foi reconhecida como dimensão fundamental da Rede. Como horizonte, propõe-se **consolidar uma articulação nacional capaz de fortalecer a representatividade política, a autonomia e a sustentabilidade do cinema produzido nos interiores**, ampliando sua circulação, visibilidade e participação nas políticas públicas do audiovisual brasileiro. Com a liderança de representações dos estados da Bahia,

Maranhão, Santa Catarina, São Paulo e Tocantins, a Rede Nacional de Cinema do Interior busca impulsionar a participação dos agentes do interior nos espaços de discussão e decisão sobre as políticas públicas do setor, considerando as diversidades territoriais, culturais, sociais e econômicas que caracterizam os interiores brasileiros, com o compromisso de articular e colaborar para a existência de fóruns audiovisuais dos interiores das vinte e sete unidades federativas e um fórum nacional indígena, o que fundamentará seu trabalho até o próximo encontro.

O debate realizado no Grupo de Trabalho de Interiorização Baiana do Audiovisual apontou a necessidade de implementar políticas estruturantes e integradas para o desenvolvimento do audiovisual nos interiores da Bahia, contemplando produção, formação, captação, distribuição, exibição e articulações institucionais. Destacou-se a urgência de se promover a qualificação da gestão cultural nos municípios, por meio da contratação de profissionais especializados e da formação de agentes locais, especialmente, no que diz respeito à captação de recursos. Ressaltou-se igualmente a importância de sensibilizar o empresariado para estimular o patrocínio ao setor, de fortalecer o diálogo com exibidores e emissoras de TV, ampliar o espaço de tela para as produções baianas e criar um Grupo de Trabalho específico para os exibidores baianos, públicos e comerciais. Por fim, destaca-se o papel estratégico da Bahia Filmes no desenvolvimento do setor, com potencial para promover o financiamento de políticas públicas e a atração de novos negócios para o audiovisual do interior baiano. Nesse sentido, reivindica-se uma representação dos territórios do interior da Bahia na composição do Comitê Gestor da Bahia Filmes. Como encaminhamento, propõe a **criação do GT de Exibidores Baianos Públicos e Comerciais: Cotas de Tela, Redes de Exibição e Parcerias de Mercado para o Audiovisual dos Interiores da Bahia, a ser realizado na próxima edição do evento.**

Finalizando a dinâmica dos GTs, ao discutir sobre a Construção Participativa de uma Lei Estadual para o Audiovisual no Interior, o Grupo debateu a criação de uma política estadual voltada ao fortalecimento e à interiorização do audiovisual baiano, com propostas para ampliar o acesso aos recursos públicos, descentralizar os investimentos, fortalecer a produção, formação e distribuição nos territórios e garantir melhores condições de trabalho para os profissionais do setor. Entre as pautas discutidas estão a criação de editais específicos para os interiores, a ampliação dos espaços de circulação das produções locais, a simplificação dos mecanismos de inscrição e o incentivo à contratação de profissionais dos próprios territórios. As principais contribuições sinalizam para o pleito de que, no mínimo, 50% dos recursos estaduais destinados ao audiovisual sejam direcionados a propostas e proponentes dos interiores da Bahia, com critérios públicos de distribuição territorial, acompanhamento e transparência. Como principal encaminhamento, foi deliberada a **criação imediata de um Grupo de Trabalho Permanente, composto por integrantes do Fórum e profissionais especialistas**, com previsão de consultorias jurídicas e outras assessorias técnicas necessárias. O grupo dará continuidade às discussões e conduzirá a elaboração participativa de uma proposta de Lei Estadual para a interiorização do audiovisual baiano, reunindo e sistematizando as demandas do setor, que poderá ser apresentada no próximo encontro do Fórum Audiovisual dos Interiores Baianos.

Durante o “Fórum dos Festivais - Nordeste”, realizado na programação do evento anfitrião II Festival de Cinema Sertões Inundados, foi sugerido pelo cineasta cachoeirano Roque Araújo e acatado pela plenária o retorno do Festival 5 Minutos para promover e estimular a circulação de curtas no interior baiano.

Tendo "Plantar nas Estrelas” como tema desta edição, o FÓRUM AVI reverencia o brilhante diretor de cinema baiano e interiorano Geraldo Sarno, um ícone inconteste da representação do povo brasileiro na nossa filmografia. Com sensibilidade e conhecimento profundo do sertão brasileiro, ele semeou imagens e sentidos que transformam (e continuarão transformando) a quem os acessa. Geraldo era um gigante que acolhia o Brasil inteiro dentro de si e que inspira o Fórum a também fazê-lo.

Seguiremos, semearemos, plantaremos e não pararemos na colheita. Compartilharemos.

8 de novembro de 2026, Paulo Afonso, Bahia, Brasil.